

Revista LEX de
Direito
Administrativo

Editora

Zilá T. Miorelli

Coordenadores da Revista

Leonardo da Rocha de Souza

Silvio Luís Ferreira da Rocha

Conselho Editorial

Carolina Zockun	Christianne Stroppa
Cleide Calgaro	Danilo Miranda Vieira
Flávio Garcia Cabral	Genilson Carreiro
Georghio Tomelin	Jacinto Arruda Câmara
Jefferson Carlos Carús Guedes	José Roberto Pimenta Oliveira
Julio Grostein	Leticia Queiroz de Andrade
Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz	Luis Manuel Fonseca Pires
Luzardo Faria	Marcia Pellegrini
Marcos Augusto Peres	Marcos Porta
Marinês Restellato Dotti	Rafael Carvalho Rezende Oliveira
Raphael Silva Rodrigues	Rafael da Cás Maffini
Rodrigo Bordalo	Rodrigo Almeida Magalhães
Silvio Guidi	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
	Tatiana Meinhart Hahn

Ano V - nº 13

jan./abr. 2025

LEX
E D I T O R A

REVISTA LEX DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Publicação quadrimestral da LEX Editora S/A, à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

Os conceitos emitidos nos trabalhos assinados são de responsabilidade dos autores.

Artigos podem ser encaminhados via site (<http://www.lex.com.br/enviar-doutrina>).

Publicação com distribuição em todo o território nacional.

Tiragem: 3.000 exemplares

Revista LEX de Direito Administrativo

v. 13 (jan./abr. 2025)-.- Porto Alegre: LEX, 2025
Quadrimestral.

Coordenação: Leonardo da Rocha de Souza e Silvio Luís Ferreira da Rocha.

ISSN 2763-5619

1. Direito Administrativo – Periódico.

CDU 342.9(05)

Catálogo na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

LEX Editora S/A

Diretora: Marlene Imhoff

Rua 18 de Novembro, 423 Porto Alegre/RS - CEP 90240-040

www.lex.com.br sac@lex.com.br

Serviço de Atendimento: 51 3191-3033

SUMÁRIO

Apresentação 5

Doutrina

As desapropriações no direito brasileiro

Vitor Rhein Schirato 7

A impossibilidade de devolução ao erário de valores recebidos de boa-fé por servidores públicos, sob a ótica da tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça

Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas 41

Contratações temporárias na Administração Pública sob os regimes estatutário e celetista: uma análise doutrinária e jurisprudencial acerca da rescisão do vínculo contratual

Thiago Penido Martins e Raphael Silva Rodrigues 55

Elos de consciência ambiental aplicados à gestão pública, compensação, sustentabilidade e eficiência na Polícia Civil do Amazonas

Eduardo Paixão Caetano 69

Judicialização da saúde e canabidiol: implicações jurídicas e clínicas no tratamento do Transtorno do Espectro Autista

Eduardo Alvares de Carvalho, Luís Felipe Nóbrega Coelho e Cristina Leite Lima.... 81

Possibilidade de adesão por estados a atas de registro de preços de municípios: uma análise sobre a autonomia federativa

Járede Wilvi de Sousa Queiroz..... 99

Breve análise dogmática do uso de bens públicos afetados a particulares

Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson e Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira..... 115

Produção Técnica

Orientações sobre concursos públicos

Benigno Núñez Novo 135

Jurisprudência

Apelação Cível nº 1.0000.18.036555-3/002

Relator: Des. Wauner Batista Ferreira Machado 153

Apelação Cível nº 1000674-70.2016.8.26.0625

Relator: Des. Eduardo Prataviera 173

Diretrizes para submissão de artigos doutrinários 189

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que chegamos ao número treze da *Revista LEX de Direito Administrativo*, iniciando o 5º ano de publicação do periódico.

Nesse número, abrindo a Seção de *Doutrina* começamos com o texto de Vitor Rhein Schirato, que foi convidado para esta edição. O estudo intitula-se “As desapropriações no direito brasileiro”. O autor apresenta um breve panorama do regime legal das desapropriações no Brasil, considerando os diferentes fundamentos que envolvem utilidade pública, necessidade social e finalidades urbanísticas.

Dando continuidade à *Doutrina*, o artigo “A impossibilidade de devolução ao erário de valores recebidos de boa-fé por servidores públicos, sob a ótica da tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça”, escrito por Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, analisa a hipótese de impossibilidade de ressarcimento ao erário de valores recebidos indevidamente por servidores públicos, fundada na Tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Na sequência, Thiago Penido Martins e Raphael Silva Rodrigues participam da edição com o estudo intitulado “Contratações temporárias na Administração Pública sob os regimes estatutário e celetista: uma análise doutrinária e jurisprudencial acerca da rescisão do vínculo contratual”. Os autores analisam a contratação por prazo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no inciso IX do art. 37 da Constituição da República.

Logo após, temos o artigo “Elos de consciência ambiental aplicados à gestão pública, compensação, sustentabilidade e eficiência na Polícia Civil do Amazonas”, de autoria de Eduardo Paixão Caetano. O autor traz evidências da vasta mobilização pela sustentabilidade ampliada na segurança pública do Amazonas, identificando suas ações e suas redes presentes em expansão.

O texto de autoria de Eduardo Alvares de Carvalho, Luís Felipe Nóbrega Coelho e Cristina Leite Lima, intitulado “Judicialização da saúde e canabidiol: implicações jurídicas e clínicas no tratamento do Transtorno do Espectro Autista”, analisa o caso de uma paciente com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cuja solicitação judicial para fornecimento de canabidiol (CBD) foi negada, destacando as implicações jurídicas e clínicas da decisão.

Na sequência, o estudo “Possibilidade de adesão por estados a atas de registro de preços de municípios: uma análise sobre a autonomia federativa”, escrito por Járede Wilvi de Sousa Queiroz, busca analisar a autonomia política e legislativa dos entes subnacionais no Brasil, ressaltando sua importância não apenas como um direito constitucional, mas também como um elemento essencial para uma gestão pública mais eficaz e adaptada às demandas locais.

Finalizando a seção de *Doutrina*, Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson e Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira apresentam o artigo “Breve análise dogmática do uso de bens públicos afetados a particulares”, no qual analisam o disciplinamento jurídico quanto às formas de uso de bens públicos afetado ao âmbito particular, buscando, em especial, aferir o instituto administrativo correto para o processo de cedimento de espaços físicos públicos de um órgão público.

Benigno Núñez Novo nos traz a cartilha “Orientações sobre concursos públicos”, oferecendo informações específicas e condensadas além de orientações de como realizar cada uma das etapas da prestação de contas desses atos ao Tribunal de Contas.

A edição também contempla jurisprudência sobre o nepotismo e sobre improbidade administrativa. O acórdão do TJMG trata da nomeação de parentes do prefeito para cargos municipais. Já o acórdão do TJSP trata do desvio de bem público e funcionário público para a prestação de serviço de transporte particular de passageiros.

Após destacar os textos publicados nesta edição, agradecemos o esforço de todos para a constituição e publicação desse volume.

Desejamos uma ótima leitura a todos!

Zilá Miorelli

Editora da *Revista LEX de Direito Administrativo*